

Salvar o ritual

JOELMIR BETING

inda
Na derrubada espetaculosa do 2.024, Senadores e Deputados festejaram menos a preservação da bolsa furada da massa assalariada e mais o exercício das prerrogativas formais do Congresso Nacional, primeira grande demonstração de força da oposição política desde a consagração do povo na última eleição.

O acontecimento político, projetado no quadro da reconstrução da democracia verde-amarela, vai bem além da discussão técnica da política salarial ou da urgência física da cirurgia cambial.

Se o desastre econômico do Brasil, caprichosamente contratado nos últimos 25 anos, tem na raiz um desvio político, dito vazio orçamentário do modelo do pau-na-máquina (o do fazer a obra sem pagar a conta), a solução terá de ser necessariamente política. A restauração do poder de decisão do Legislativo, por sobre o espaço que lhe foi tomado na marra pelo Executivo, é o primeiro passo da longa caminhada de reconstrução institucional do sistema político e, por tabela, da recauchutagem geral do modelo econômico.

★ ★ ★

Se o Executivo não se governou, endividando-se lá fora, endividando-se aqui dentro, desperdiçando poupança, inflacionando a economia e precipitando o desenvolvimentismo compulsivo no despenhadeiro da recessão interna e da dependência externa, que se resgate o poder de decisão, de participação, de fiscalização e de patrulhamento do Congresso, legítimo representante da sociedade civil.

Se os congressistas são ou não do ramo, a gente confere mais tarde. Por exclusão, eles não têm culpa provada na perícia técnica do desastre nacional.

A ressurreição do Parlamento fez do Decreto-Lei do salário o seu pretexto e o seu veículo. Poderia ter sido o Decreto-Lei da previdência, do seguro social, da reforma cambial, do arrocho fiscal, já apelidada de "primavera de Brasília" do inverno polar da economia.

★ ★ ★

Para a classe política, a desencarnação do ectoplasma jurídico do 2.024, Decreto-Lei que continuava vivo depois de morto, abre espaço legislativo para a exorcização do 2.045 — a nova prova de fogo da democracia representativa.

Desde quarta-feira, rediviva na cena brasileira.

Para Deputados e Senadores, o acontecimento tem significado político como fim em si mesmo.

★ ★ ★

Para os trabalhadores, o salário justo é questão de sobrevivência biológica do indivíduo e de afirmação social da família.

Para os empregadores, o item salário é mero componente da contabilidade de custos da empresa. Como tal, o empresário veta o arrocho salarial, o próprio, torcendo pelo salário justo no resto do sistema, vulgo poder aquisitivo do mercado interno.

A sábia lição do pioneiro Henry Ford, que ousou fazer de cada funcionário o seu próprio consumidor, via salário adequado, ficou no folclore da invenção da economia de escala e do mercado de massa.

★ ★ ★

Para a autoridade econômica, o salário é instrumento poderoso de "administração da crise", tentativa de controlar a inflação e reanimar o emprego.

No momento brasileiro, porém, o salário tabelado, indexado, expurgado e arrochado vai além da operação das curvas de produção, demanda, emprego, custo e preço para assumir o papel histórico de lastro político da ficha cadastral do Brasil na mesa de decisão da comunidade financeira internacional.

Devedor insolvente, de chapéu na mão, empenhado em sacar empréstimo novo para

honrar o crédito vencido e interessado em rasgar a camisa-de-força de constrangimento externo, o Brasil não tem escolha: se os credores pedem a cabeça de um quinto do salário real do brasileiro, privação coletiva entendida como remédio amargo para a salvação do inadimplente hipotecado, o negócio é aplicar com casca e tudo o Decreto-Lei 2.045, ainda que a título de "mal necessário", ditado pelo ritual do contrato bancário.

★ ★ ★

Enquanto compromisso de ficha cadastral, exigido pelo FMI, auditor de confiança dos banqueiros (e de seus acionistas, poupadores, depositantes, congressistas, eleitores e contribuintes), o Decreto-Lei 2.045 não comporta discussão técnica. De nada adianta alertar para a autofagia do arrocho salarial na situação brasileira — promotor de mais recessão associada com mais inflação de outras fontes.

O que realmente importa, na ótica palaciana, é o juízo de valor dos credores. Os técnicos do FMI e os executivos dos bancos do Atlântico Norte entendem que o arrocho salarial, no caso brasileiro, vai derrubar a inflação e, numa segunda volta, afastar a recessão.

O que para nos é veneno econômico disfarçado de remédio acadêmico, para os fiadores do modelo endividado é remédio que funciona, apenas amargo.

★ ★ ★

Como o desastre cambial do Brasil está zerando a contagem regressiva da capitulação física do sistema, a aprovação do Decreto-Lei 2.045, via Congresso Nacional, consagraria o ritual da renegociação da dívida externa em bases técnicas, na bitola das rotinas bancárias. Qualquer reviravolta na questão salarial desarmaria a renovação do acordo com o FMI e, por consequência, a renegociação da dívida já contratada, sem qualquer retomada do fluxo de recurso novo.

Nesse caso, o Brasil assumiria o risco da falência externa, a formal, fechando-se feito caramujo pisado na areia. A observação é do General Golbery do Couto e Silva, quarta-feira, em Belo Horizonte:

"Não temos terceira saída: ou a contenção salarial ou a moratória unilateral. Não cumprimos a primeira carta de intenção e não podemos fraudar a segunda. O importante é discutir menos os prós e os contras do Decreto-Lei 2.045 e mais os prós e os contras do isolamento cambial do Brasil, a partir de uma ruptura com o sistema financeiro internacional, que não é de perdoar dívida de US\$ 90 bilhões..."

★ ★ ★

Em resumo, a saga do 2.045, decisão endossada solenemente pelo Conselho de Segurança Nacional, guarda relação menos com o padrão de vida do brasileiro e mais com o sufoco externo do Brasil. No caso, uma dependência externa chumbada não é recente ingerência do FMI na remontagem de nossas contas, metas e planos, mas a existência inarredável de uma dívida em dólar equivalente a um terço da renda nacional.

A expulsão do FMI não vai restaurar nossa soberania. Muito menos o calote de US\$ 90 bilhões.

Neste caso, a soberania externa resgatada no grito colidiria com a democracia interna em reconstrução. A literatura política não registra um único exemplo de sociedade democrática que tenha sobrevivido aos golpes baixos da recessão defensiva exigida pelo isolamento externo.

★ ★ ★

Eis o discurso do Palácio do Planalto.

Concordemos ou não com essa colocação, é assim que o Governo encaixa a ponta do "iceberg" da mal explicada questão salarial.